

Mundialização: novo horizonte do capitalismo¹

Michel Husson²

Margem Esquerda n°8, 2006



A mundialização é capitalista

Nas páginas d' "O Capital" consagradas à gênese do capitalismo, Marx mostra como a extensão do comércio mundial contribuiu para apressar o declínio do feudalismo e para modificar as relações entre o comércio e a indústria. Pode-se dizer que a mundialização é constitutiva do capitalismo e que a "base do modo de produção capitalista é constituída pelo próprio mercado mundial."³

Um pouco mais próximo a nós, alguns, como Paul Bairoch⁴, avançaram com a idéia de que o grau de internacionalização das economias, definido pela parte do comércio mundial na produção nacional, não se elevou muito a não ser em determinados períodos da história do capitalismo. Se considerarmos os três grandes pólos da economia mundial, Estados Unidos, Europa e Japão, constatamos que eles constituem conjuntos relativamente fechados, onde a fatia equivalente ao comércio mundial varia entre 10 e 12%. Da mesma maneira, o peso da finança internacional aumentou nitidamente depois do começo dos anos 1980, mas ele se inscreve numa alternância de fases do capitalismo onde o financiamento do capital passa, antes de tudo, pelo crédito (os bancos) ou pela finança (a Bolsa de Valores). Uma outra maneira de relativizar o fenômeno da mundialização consiste em dizer que existem, de fato, poucos grupos verdadeiramente multinacionais que não tenham uma filiação nacional, que não beneficiem de ajudas públicas ou não disponham de uma fonte de financiamento exclusivamente centrada sobre os capitais que pertencem a um conjunto nacional.

Os mercados também têm seu peso, como mostra um estudo recente realizado no Ministério da Economia a partir de uma base de dados detalhando as filiais dos 750 maiores grupos mundiais. Esse estudo mostra que "as multinacionais são, em geral, as melhor implantadas em seus países de origem"⁵. No caso da França, 77% do número de trabalhadores dos grupos multinacionais presentes no país pertencem a grupos franceses, 12% a grupos europeus e 11% a grupos de outras nacionalidades.

¹ Traduzido do francês por Paula Regina Pereira Marcelino. Publicado em: HUSSON, Michel *et alli* (2003). **Mondialisation et Impérialisme**. Les Cahiers de Critique Communiste. Paris: Syllepse. 125 p.

² Economista; autor, entre outros de "Le grand bluff capitaliste", La Dispute, 2001. Pesquisador do IRES (Institut de recherches économiques et sociales). Página na internet: <http://hussonet.free.fr>

³ *Le Capital*, Editions Sociales, Livre III, tome VI, p.341.

⁴ Paul Bairoch, *Mythes et paradoxes de l'histoire économique*, La Découverte, 1994.

⁵ Edouard Bourcieu et François Benaroya, « Les grands groupes français face à la mondialisation », *Les Notes Bleues de Bercy* n°196 et n°197, décembre 2000.

Essas reservas não são inúteis, pois é necessário relativizar os discursos sobre os “deslocamentos”⁶ e sobre a extraterritorialidade da produção. Frequentemente, insiste-se sobre as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias para o deslocamento dos locais de produção. Às experiências de trabalho à distância nos países do Terceiro Mundo foi dada maior importância do que elas realmente têm; esses movimentos são bem menos marcados do que anunciavam com grande espetáculo alguns profetas, pois outros fatores entram em jogo. Insiste-se sobre o crescimento da relação de serviços e, justamente eles, não podem estar localizados em qualquer parte. Habitar, cuidar-se, divertir-se, deslocar-se além de outras tantas funções sociais, não podem ser satisfeitas em outro lugar que não lá onde se encontra o consumidor. Depois de todas essas reservas feitas, podemos, então, precisar o que há de novo na fase atual da mundialização.

A tendência ao mercado mundial

A essência da mundialização consiste na tendência à constituição de um mercado mundial. O que há de novo em relação às etapas anteriores, é que este processo vai bem mais longe e tende à formação de um espaço homogêneo de valorização. O trabalho socialmente necessário – ou ainda, para adotar uma linguagem mais moderna, as normas de competitividade e rentabilidade – tendem a se estabelecer diretamente em escala mundial. Das duas, uma: ou bem se alinha aos critérios de hiper-rentabilidade (os fatídicos 15% de rendimento que os investidores exigem) ou bem se desaparece como produtor.

É isso que distingue a mundialização da internacionalização. Até o começo dos anos 1980, podia-se considerar como representativo um modelo da economia mundial onde o modo de determinação do trabalho socialmente necessário era essencialmente nacional. Tinha-se, portanto, uma troca desigual “clássica” onde a transferência da mais-valia tomava forma de repatriamento de lucros por firmas multinacionais. O conjunto de dispositivos de tipo protecionista garantia, até um certo ponto, a integralidade dessa determinação nacional, notadamente pelo controle exercido sobre as importações sob a forma de contingências ou taxas. No interior dos países ricos havia regulações principalmente nacionais e o contato se fazia através de um sistema de taxas de câmbio encarregado de assegurar a comunicação entre as zonas de produção nacionais.

É nesse quadro geral que os processos de industrialização puderam se por em andamento seguindo o modelo dito de “substituição de importações”, que consistia em proteger o desenvolvimento das indústrias nacionais justamente não exigindo delas que tivessem, de imediato, o nível de produtividade dos países mais avançados. Certamente, esse modelo acabou por atingir seus limites⁷, mas ele tinha uma relativa coerência; e é a esta estratégia que países como a Coreia do Sul devem seu inegável sucesso, contrariamente às análises que gostariam de fazer deles os precursores do ajuste estrutural.

⁶ N.T.: Em francês: *délocalisations*. Tema bastante presente no debate público francês. Refere-se à estratégia de algumas empresas de fechar plantas produtivas no país e implantá-las em países cujo preço da força de trabalho é menor. Jean-Pierre Chanteau (“Délocalisations et emploi: faux débats et vrais enjeux”. *Innovations*. Dunkerque. nº 13, p. 87-110, 2001), por exemplo, aponta que o exagero em torno do fenômeno tem servido para legitimar políticas de flexibilização do trabalho.

⁷ Thomas Coutrot et Michel Husson, *Les destins du Tiers Monde*, Nathan, 1993.

Nós estamos hoje em um novo tipo de modelo, caracterizado pela abertura total, não somente aos movimentos da mercadorias, mas também aos fluxos de investimento. É por isso que a mais bela definição de mundialização é, sem dúvida, aquela dada por Percy Barnevik, o presidente do grupo suíço ABB: “é a liberdade para cada empresa do meu grupo de investir onde e quando ela quer, de produzir o que ela quer, de comprar e de vender o que ela quer, suportando as menores pressões possíveis em razão da legislação social”⁸.

A passagem da internacionalização à mundialização pode ser interpretada como a tendência ao estabelecimento de preços mundiais e a generalização de um processo de equiparação dos lucros em escala mundial. Formalmente, essa tendência toma a forma do que se convencionou chamar de financeirização, dito de outra maneira, de uma grande rapidez na circulação dos capitais. Mas as transformações essenciais tiveram lugar na produção, com um degrau suplementar de concentração e de centralização dos capitais e a constituição de oligopólios transnacionais. O estabelecimento de normas internacionais pesa sobre a determinação do trabalho socialmente necessário em escala nacional de maneira contraditória. Embora essas novas normas não substituam completamente as anteriores, elas alteram a relativa homogeneidade que poderia existir. Enfim, essas tendências não poderiam ter se desenvolvido plenamente se elas não tivessem sido acompanhadas de políticas neoliberais destinadas a derrubar todas as barreiras que a elas se opunham. O AMI (Acordo Multilateral sobre Investimentos) fornece um exemplo recente e particularmente significativo: ele não tinha, de fato, outra função que eliminar os últimos obstáculos à circulação dos capitais e traduzia, no nível institucional, esta tendência em impor uma equiparação mundial do lucro.

As características da mundialização

Para uma análise mais concreta da mundialização, podemos partir das quatro características dadas por Boyer⁹: 1) um nítido aumento dos movimentos de troca e, sobretudo, dos movimentos de investimento; 2) a globalização da produção, dito de outro modo, a emergência de empresas que regulam sua produção, mas também seus mercados, em escala mundial; 3) a mundialização financeira que assegura a fluidez dos capitais e tende a homogeneizar os critérios de rentabilidade também em escala mundial; 4) a perda relativa de autonomia dos Estados-nação.

A mundialização é, primeiramente, um formidável desenvolvimento da internacionalização e um movimento de concentração do capital e das trocas. O número de empresas multinacionais passou de 7 000 em 1970 para 37 000 hoje, elas empregam 273 milhões de assalariados diretos, dos quais 40% em outros países que não o de sua origem. Enfim, mais de dois terços das exportações dos países do Sul para o Norte são realizadas por empresas transnacionais e suas filiais.

Esta internacionalização acelerada respondeu a várias lógicas sucessivas. No começo da crise, ela respondia à busca de novos mercados. Depois, a internacionalização respondeu à necessidade de se estar mais presente em um país para se ter acesso direto ao seu mercado consumidor e, dessa forma, contornar os obstáculos protecionistas que poderiam ainda existir na época; tudo feito de maneira a aproximar os locais de produção dos de venda. Esta “multinacionalização” tomou diversas formas: filiais,

⁸ Citado por Gerard Greenfield, « The Success of Being Dangerous : Resisting Free Trade & Investment Regimes », *International Viewpoint* n°326, 2000.

⁹ Robert Boyer, « Les mots et les réalités », in *Mondialisation au-delà des mythes*, La Découverte, 1997.

parcerias, co-gestão com uma empresa local, aquisição, terceirização para certos segmentos da produção. Viu-se emergir, então, novos tipos de empresa, transnacionais, que não são especializadas num único produto, mas sim, que integram diversas atividades num conjunto variado para um lucro máximo. Essas empresas são cada vez menos ligadas a sua “base nacional” de origem – quando elas não repousam sobre bases nacionais múltiplas – o que apresenta a vantagem adicional de tornar mais difícil a organização dos trabalhadores cujos níveis de proteção social e de rendimentos podem ser muito diferentes de um país para outro.

A liberalização total da circulação de capitais e o peso do capital financeiro representam a segunda parte da mundialização. Em meados dos anos 1970, os capitalistas dos países do G7 não se confrontavam somente com o problema de mercado para seus produtos; eles se encontravam, também, com uma grande quantia de capital disponível, em especial, aqueles que as monarquias petrolíferas haviam investido nos bancos dos seus países. A solução foi emprestar esse dinheiro para os países do Sul, para reativar suas compras de produtos vindos do Norte¹⁰ e, assim, achar para eles novos mercados.

Esta “reciclagem de pétro-dólares” resultou rapidamente num crescimento incontrolado da dívida, acionado por um aumento brutal das taxas de juros: logo no começo dos anos 1980, os países do Sul foram bruscamente intimados a pagar até 17 ou 18% de juros sobre os empréstimos tomados a 6 ou 7%. Eles precisaram se endividar para o fazer, acionando um movimento infernal de crescimento da dívida. A esse episódio, que revela a pirataria internacional pura e simples, vem somar-se o choque em decorrência da recessão dos anos 1980. É a partir da crise mexicana de 1982 que são impostas aos países endividados as receitas do FMI para sanar suas economias, os famosos planos de ajuste estrutural. O resultado é uma estagnação econômica, a chamada década perdida na América Latina.

Mas é no coração mesmo dos países mais ricos que se afirma a predominância do capital financeiro. Ela caracteriza uma fase nova do capitalismo, onde os lucros das empresas aumentam graças à generalização da austeridade salarial sem que isso desemboque numa retomada dos investimentos, pois falta mercados suficientes. A mais-valia não acumulada deve ser reciclada juntos a outras camadas sociais que não a assalariada, e a financeirização assegura, em grande escala, essa transferência de lucros, cuja outra face é um aumento regular do desemprego em massa.

A nova unidade da economia mundial

As relações entre o Norte e o Sul se modificaram bastante desde a Segunda Guerra Mundial. O fim dos anos 1970 marcou uma ruptura que viu as taxas de crescimento médio dos países do Sul despencarem bruscamente. Durante a “década perdida” dos anos 1980, registrou-se, pela primeira vez depois de muito tempo, um recuo absoluto da renda *per capita* de áreas inteiras. Ao mesmo tempo aconteceu a explosão da dívida, cada vez mais incontrolável conforme alimentada por uma prodigiosa alta das taxas de juros, enquanto a economia mundial “travava as quatro rodas”. Os países devedores se viram, assim, nas mãos de instituições imperialistas (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional-FMI) que impuseram, mais ou menos por toda parte, planos de ajuste estrutural, organizando esse recuo histórico.

¹⁰ N.T.: Na literatura francesa recente das chamadas Ciências Sociais, praticamente se abandonou o uso das palavras “desenvolvido”, “subdesenvolvido”, “Terceiro Mundo”, “países em desenvolvimento”. A oposição entre países de capitalismo desenvolvido e países de capitalismo dependente hoje se marca em termos geográficos: Norte para os primeiros, Sul para os últimos.

A passagem da onda longa expansiva para a onda longa recessiva se explica por razões principalmente internas aos países imperialistas. Mas a crise do Centro se combinou com uma crise específica do modelo de industrialização do Sul, redobrando ainda, através do peso da dívida, a profundidade da crise nos países dominados. Estes são, de uma certa maneira, ainda mais dominados que nos anos 1930, onde a crise se traduzia por uma desconexão que permitiu a determinados países, notadamente a Argentina, o Brasil e o México, adotarem um modelo dito de substituição das importações e, assim, de lançar as bases de uma industrialização.

Como se vê, essa leitura se inscreve numa tradição marxista renovada pelo teóricos do imperialismo e depois pelos da dependência.¹¹ Ela permite evitar a armadilha que parece condenar as teorias não dialéticas a estarem sistematicamente descompassadas. De fato, é surpreendente constatar que nos anos 1960 os teóricos terceiro-mundistas declaravam o desenvolvimento impossível, enquanto mesmo ele acontecia em vários países. Vinte anos mais tarde, os liberais fingem crer que os países do Terceiro Mundo vão, enfim, poder se engajar, todos, na via da modernização capitalista, mesmo que eles estejam, globalmente, atolados na recessão. O conceito de dominação imperialista continua sendo atual; e a noção um pouco vaga de Terceiro Mundo conserva seu sentido, se esse termo designa os países dominados. Isso não impede, evidentemente, que enormes diferenciações se operem no interior dos países em questão. A Coreia do Sul e Taiwan seguiram uma trajetória própria que lhes permitiu sair em parte da categoria de países dependentes. Eles não seguiram o modelo preconizado pelo Banco Mundial e se apoiaram, ao contrário, em uma reforma profunda, na proteção das indústrias nascentes e numa política industrial coordenada pelo Estado.

As performances bastante diferenciadas dos países do Sul (e do Leste) não impedem que se possa examinar sua situação de conjunto. Um tendência surpreendente é a escolha quase universal de um modo de crescimento voltado para as exportações. Essa convergência não se deve ao acaso, pois essas políticas são, em larga medida, impostas aos países concernidos por instituições internacionais como o FMI ou o Banco Mundial. Desde então, a lógica da economia mundial repousa em colocar em concorrência esses países, sobre a base de salários baixos ou de outras vantagens específicas, em face de investimentos muito voláteis ou de mercados fortemente instáveis. Essa cadeia conduz a uma forma nova de desenvolvimento dependente, que desenha o que se pode chamar de um neo-imperialismo.

Uma mundialização centrada nos países do Norte

Contrariamente às idéias comuns, o essencial dos investimentos das multinacionais no estrangeiro se faz no seio dos países imperialistas. O interesse dos deslocamentos em direção aos países do Terceiro Mundo encontra seus limites, pois a argumento do salário não é, verdadeiramente, o único fator a determinar a localização dos investimentos; do contrário, dever-se-ia registrar investimentos enormes na Etiópia, em Burkina Faso ou Haiti. Na realidade, o salário deve ser comparado à produtividade; a relação entre os dois definindo o custo salarial unitário. Se os salários de um país são cinco vezes inferiores aos franceses, mas a sua produtividade é dez vezes mais baixa, o custo salarial desse país dobra em comparação com o que ele é na França. Outros elementos mais qualitativos intervêm, como o grau de qualificação da mão-de-obra ou a proximidade dos mercados. A imobilidade do capital, a dificuldade em encontrar infra-estrutura (malha industrial, transporte e telecomunicações, serviços) e a dispor de tecnologia de ponta, etc., intervêm também na decisão. Da mesma maneira, as trocas

¹¹ Para uma visão geral dessa teorias, ver : Christian Barsoc, *Les rouages du capitalisme*, La Brèche, 1994 <http://hussonet.free.fr/rouages.pdf>

comerciais dos países ricos se fazem entre os países de nível comparável de desenvolvimento. Apesar dos discursos antiprotecionistas, os obstáculos tarifários são mantidos para a entrada de produtos manufaturados provindos dos países do Sul nos mercados do Norte.

O desemprego do Norte não pode ser explicado, portanto, pela concorrência do Sul. Essa idéia, no mais das vezes apresentada como uma evidência, é errônea. O verdadeiro motivo do desemprego nesses países é outro: ele resulta das desregulamentações internas do capitalismo que os distanciaram de um relativo pleno emprego; porque a satisfação das necessidades sociais estão cada vez menos de acordo com os critério de eficiência.

A internacionalização das trocas não faz mais que reforçar esse mecanismo fundamental, endurecendo as formas de concorrência no seio dos países imperialistas. Ela impulsionou as empresas francesas a reestruturar e a aumentar sua produtividade, pela automatização, pela flexibilidade da mão-de-obra e pelas reduções de pessoal, a fim de baixar os preços tanto para responder a um desmoronamento da demanda quanto para melhorar a competitividade nos mercados externos. Essas formas exacerbadas de concorrência reforçaram ainda mais o peso do desemprego, de acordo com uma lógica fácil de compreender. Cada país imperialista espera ganhar contra o seu vizinho em austeridade salarial. Assim, como todos o fazem e os salários de uns são os mercados dos outros, assiste-se a um desmoronamento da demanda e a uma asfixia do crescimento. Tal é, em particular, a origem da recessão do começo dos anos 1990, que é, evidentemente, impossível de ser imputada à concorrência dos países do Sul. Em sentido inverso, os 10 milhões de empregos criados na Europa entre 1997 e 2001 não são, por sua vez, empregos repatriados do Sul.

A assimetria entre os países do Norte e do Sul faz com que a exploração dos países do Terceiro Mundo seja um fator bastante secundário na dinâmica dos países capitalistas desenvolvidos. As razões dos sucessos ou dos fracassos do capitalismo no centro não dependem basicamente dos recursos que ele pode tirar dos países do Terceiro Mundo. Isso não impede, evidentemente, em sentido inverso, que a transferência de valores pese consideravelmente sobre as economias dominadas. Mas a dominação imperialista não é suficiente para explicar a evolução econômica e política desses países. O funcionamento concreto do capitalismo numa formação social dada resulta da combinação de fatores externos – sua inserção na economia mundial – e de fatores internos – estrutura de classes, divisão de renda, formas de dominação política, etc. Reencontramos aqui, sob uma forma diversa, o debate em torno da teoria da revolução permanente: se a relação imperialista fosse suficiente para explicar o subdesenvolvimento desses países, uma aliança interclassista seria possível para os livrar da dominação. Mas isso seria esquecer que as classes dominantes dos países do Terceiro Mundo se beneficiam da dominação de seu próprio país e dela participam. Seu modo de vida é idêntico aquele das classes dominantes dos países mais ricos; e suas fontes de bem-estar social se situam, de maneira mais precisa, nos setores fortemente exportadores: é, portanto, o melhor modelo do qual eles dispõem no período histórico atual. Esses elementos se combinam de maneiras diferentes em cada país dominado, notadamente em função dos produtos que ele exporta, de seu grau de desenvolvimento industrial. É necessário, sobre cada um desses elementos, realizar análises concretas dos capitalismo periféricos.

A mundialização é um antidesenvolvimento

Se o discurso sobre os deslocamentos das empresas estivesse de acordo com a realidade, dever-se-ia encontrar a contrapartida do desemprego no Norte sob a forma de empregos criados no Sul; neles, o subemprego continua a dominar. Esse aparente paradoxo se explica da seguinte forma: para exportar mais, o que é o objetivo imediato dos planos de ajuste estrutural, os países do Sul devem abrir largamente suas fronteiras e reproduzir suas vantagens comparativas em termos de baixos salários. Por essas duas razões há um bloqueio para os empregos locais. A manutenção dos baixos salários ou a não-difusão ao conjunto da economia dos ganhos dos salários do setor exportador, mais todas as outras medidas de ajuste, têm por efeito impedir o desenvolvimento do mercado interior (inclusive porque os ricos consomem muitos produtos importados) e, assim, a reduzir a criação de empregos. Em sentido inverso, existe a expulsão: os produtores locais menos rentáveis são brutalmente colocados em concorrência com os mais eficientes do mercado mundial e são, dessa forma, expulsos; dito de outra forma, eles desaparecem como produtores. Um exemplo típico disso foi o caso dos produtores de milho do México, mas também das indústrias tradicionais. Esse círculo vicioso não poderia ser rompido senão por um desenvolvimento autocentrado. No estado atual das coisas, o aprofundamento do livre comércio não faz outra coisa que agravar o déficit de empregos; ainda mais por ele acontecer, freqüentemente, em sentido único.

Ao jogo da mundialização muitos são os chamados, mas poucos são os escolhidos. A razão principal é quase aritmética: a capacidade de absorção dos países imperialistas é limitada no que concerne aos produtos vindos dos países do Sul. Os produtores estão presos numa lógica de concorrência sem fim, condenando-os a reproduzirem suas “vantagens comparativas” que residem, antes de tudo, nos seus baixos salários; esse tipo de configuração não é uma forma de desenvolvimento. Esse modelo é, mais uma vez, muito diferente da trajetória coreana. Sobre a base da divisão internacional do trabalho estabelecida por esse modelo é praticamente excluída a possibilidade de um país acender a um domínio completo de fileiras industriais. Sucessos não sistemáticos não são impossíveis, mas eles serão sempre sucessos contra os concorrentes vizinhos.

Dessa forma, na grande maioria dos casos, o ajuste liberal se traduz por colocar em marcha nos países do Sul um modelo que se pode qualificar como excludente ou dualista, porque ele delimita uma fração da economia suscetível de estar no mercado mundial. O resto se encontra eliminado em razão dos níveis insuficientes de produtividade e de desenvolvimento tecnológico, cuja “vantagem” da fragilidade salarial não é suficiente para os compensar, do ponto de vista da lógica capitalista. Nessas condições, não é possível colocar em andamento, simultaneamente, o crescimento da produtividade e do nível de vida no conjunto da sociedade. Se existe desenvolvimento, é, portanto, de um desenvolvimento desigual e truncado que se trata.

As cláusulas sociais, um internacionalismo muito ambíguo

A falsa idéia segundo a qual a concorrência dos países do Sul seria a causa do desemprego nos países do Norte conduziu, sucessivamente, a colocar-se em debate o tema das cláusulas sociais. A argumentação consiste em mostrar que a concorrência desses países é desleal, porque eles exercem um *dumping*, não somente monetário, mas também salarial e social. Se reprova seus baixos salários, mas não verdadeiramente, na medida em que essa é a única vantagem comparativa da qual eles podem se beneficiar. A prioridade para as exportações, ainda uma vez, foi largamente imposta aos países do Sul, com a conivência das classes dominantes locais. E não se pode lhes reprovar por entrarem no jogo com as armas que eles dispõem. Ou ainda, é preciso impor às

multinacionais que não deixem um país quando seus salários aumentam. É essa pressão que move os assalariados do Sul, e não uma vontade maquiavélica de inundar os mercados do Norte.

A idéia de taxas compensatórias visando colocar no mesmo nível os custos do trabalho no Norte e no Sul é, deste ponto de vista, particularmente hipócrita. Primeiro porque essas diferenças refletem diferenças de produtividade. Depois, porque a instituição de uma tal taxa torna a bloquear pura e simplesmente as importações do Terceiro Mundo. Se seus preços são iguais aos dos produtores locais, porque os comprar? Esse discurso social faz eco às intenções louváveis, mas ele reflete um ponto de vista classicamente protecionista em relação às economias mais frágeis.

Um passo adiante é dado quando se coloca a idéia de cláusulas sociais qualitativas cujo não respeito deveria provocar sanções comerciais. Para começar é necessário recusar absolutamente o termo “cláusulas sociais”, porque ele faz referência aos termos de um tratado onde a defesa dos direitos elementares não pode avançar senão por um adendo ao Tratado de Marrakech, que instituiu a Organização Mundial do Comércio (OMC). A questão não é, assim, saber se é necessário ou não defender os direitos dos trabalhadores e da democracia *tout court* pelo mundo, mas de saber quais são as boas ferramentas para o fazer. Com a noção de cláusula social, tal como a querem nos vender hoje, trata-se de remeter-se à OMC e mesmo de lhe subordinar a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como se o Código do Trabalho estivesse na competência do Tribunal do Comércio.

Melhor falar-se de normas sociais, em referência às convenções da OIT, cuja boa parte não foi ratificada pelos Estados Unidos, ardentes defensores das cláusulas sociais. Além disso, nem tudo se conduz por uma questão de comércio. Assim, o trabalho infantil é uma verdadeira ferida em escala mundial e atinge formas de barbárie; mas não concerne senão marginalmente as empresas exportadoras das quais trataria-se de taxar. O fechamento dos mercados dos países ricos para os produtos indianos, por exemplo, certamente não reduzirá o trabalho infantil nesse país, concentrado na economia informal ou em indústrias tradicionais de mercado local.

De acordo com essa lógica de “cláusulas” comerciais como forma de estabelecer o equilíbrio e a justiça diante da concorrência, os países do Sul teriam bem mais razões para exigir taxas para frear a importação de produtos vindos dos países imperialistas, que beneficiam de uma alta produtividade, de tecnologia e de capitais (dos quais eles privam os países do Sul), que controlam os preços de matérias-primas e de produtos agrícolas e que podem arruinar as economias do Sul em benefício dos capitalistas que os importam no Norte. Para colocar em marcha tanto no Sul quanto no Norte um desenvolvimento autocentrado e orientado para a satisfação ótima das necessidades sociais, necessariamente tem que haver barreiras que assegurem a coexistência de diferentes níveis de produtividade. É por isso que o movimento operário deveria afirmar o direito absoluto dos países dependentes de adotarem medidas de controle e de regulação dos fluxos de capitais e de trocas. Mais uma vez é preciso destacar que a função essencial da OMC é colocar fora da lei internacional esse tipo de medida.

Essa maneira de designar os oprimidos do mundo preenche evidentemente uma função ideológica bem precisa. Denunciando-se um bode expiatório longínquo e dificilmente acessível, busca-se dissuadir os trabalhadores de empreenderem uma luta comum no nível europeu. A escolha do Terceiro Mundo como causa de todos os males entra em consonância com os discursos xenófobos e demagógicos em voga, suscitando o medo do “estrangeiro” em todas as suas formas: a imigração nos invade como os produtos a

baixos preços do Terceiro Mundo; os estrangeiros roubam nosso trabalho aqui e lá nos países deles mesmo. Paga-se aqui a incapacidade ou a recusa das direções sindicais em organizar lutas comuns entre trabalhadores franceses, britânicos, alemães, etc. Diante da crise, elas preferiram o compromisso e, por medo do movimento social e por conservadorismo, elas se recusaram a adotar as formas de luta radicais contra o desemprego e os governos. Em busca do “menos pior”, elas simplesmente deixaram passar os principais ataques contra as conquistas sociais na Europa.

Os Estados e a Mundialização

Com a mundialização, as estratégias das grandes firmas multinacionais se transformam: elas racionalizam imediatamente suas ligações com o mercado mundial e estabelecem entre elas relações complexas de concorrência, mas também de cooperação, especialmente na pesquisa tecnológica. Este processo tende a introduzir uma dissociação específica entre Estado e capital: não existe mais correspondência exata entre o horizonte (mundial) do capital e a lógica (nacional ou regional) do Estado. O mapa dos capitais não se sobrepõe mais ao dos Estados. Essa tendência está, contudo, longe de ser consumada; e no caso de potências econômicas como o Japão, os Estados Unidos e a Alemanha, a coordenação entre os Estados e os grandes grupos continua ativa. Ao mesmo tempo, o funcionamento dos Estados burgueses se transforma. As políticas de desregulamentação, as privatizações, a redução do “Estado-providência” a um mínimo social, conduzem ao encolhimento do Estado capitalista e a fazer-se dele um organizador do mercado antes que um interventor direto. Mas aqui também o movimento é gradual, principalmente em razão das resistências sociais a uma regressão difícil de legitimar.

Existem, assim, relações estreitas entre mundialização e neoliberalismo, mas não uma identidade. Poderia-se imaginar muito bem, por exemplo, o andamento de políticas neoliberais conduzidas do interior de uma nação, acompanhadas de protecionismo do ponto de vista do mercado mundial. A imbricação recente entre neoliberalismo e mundialização se deve, em primeiro lugar, ao fato de que a mundialização serve muito naturalmente como alavanca e pretexto às políticas neoliberais. Por consequência, “longe de ser, como não se cessa de o repetir, a consequência fatal do crescimento das trocas exteriores, a desindustrialização, o crescimento das desigualdades e a adoção de políticas sociais resultam de decisões de política interior que refletem o desequilíbrio das relações de classe em favor dos proprietários do capital”.¹²

O risco dessa discussão é evidente. De fato, se pensamos que doravante as forças do mercado se impõem aos Estados mais ou menos impotentes, é vã a atitude de dirigir-se a eles e, nessas condições, melhor é resignar-se à impossibilidade de uma “outra política”. Essa maneira de apresentar a mundialização como um mecanismo inexorável, engendra um sentimento de impotência. Então, é preciso introduzir nuances importantes quanto às transferências reais de soberania. Na Europa, a Comissão de Bruxelas é frequentemente apresentada como uma entidade supranacional que impõe suas vontades aos Estados. Entretanto, tal como as coisas estão hoje, essa Comissão é constituída por uma reunião de representantes designados pelos governos europeus e sua autonomia política permanece relativamente reduzida. A apresentação inversa tem, evidentemente, suas vantagens, uma vez que cada governo pode se reabilitar e legitimar as decisões para as quais ele contribuiu em nome da submissão às leis ou ao processo de mundialização, face às quais não há alternativa que não a adaptação. O que deve ser denunciado é que, antes de tudo, as instituições européias não se reportam que não aos

¹² Bourdieu e Loïc Wacquant, « La nouvelle vulgate planétaire », *Le Monde diplomatique*, maio 2000.

governos, bem como que elas funcionam sem qualquer transparência democrática, como um sindicato das burguesias européias.

Essa precisão é essencial em relação à tentação nacionalista que, como seu nome indica, gostaria de demonstrar que é a mundialização que esvazia a soberania nacional de toda substância, substituindo-a pelas políticas dos grandes grupos internacionais. Na verdade, havia bicho na fruta, e foi a virada neoliberal que precedeu a mundialização, preparando-a com políticas de desregulamentação bastante intervencionistas. A recusa da mundialização é, certamente, condição para romper com o neoliberalismo, mas é uma condição necessária, não suficiente. Os programas protecionistas de retraimento nacional não são programas de transformação social, mas projetos reacionários sobre os quais é essencial distingui-se, assegurando a premência da questão social sobre a questão da soberania.

Uma das tarefas prioritárias do movimento operário é integrar essa nova dimensão internacional. Não está fora de seu alcance engendrar uma luta concreta para conter a ofensiva de um Estado burguês dado e de lhe impor outros “critérios”, em particular uma nova “regulação” do mercado de trabalho que garanta os interesses dos trabalhadores. Mas essa luta deve ser tão potente que ela deverá ser estendida para um quadro mais largo que o Estado-nação; pelo menos europeu, quiçá mundial.

Um governo mundial?

Com a mundialização vimos alargar-se o campo de poder das instituições internacionais. Assim, o FMI e o Banco Mundial funcionam como organismos de tutela dos países endividados. Seu crédito está condicionado à aceitação de planos de redirecionamento que os emissários do FMI estabelecem, frequentemente, eles mesmos. Dessa maneira, essas instituições conquistaram um real poder econômico e político.

Essa tendência é geral e numerosos são os exemplos. É a Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) que supervisiona diretamente os novos sistemas de impostos implantados pelos países do Leste. O FMI intervém diretamente nas políticas econômicas através de suas injunções, por exemplo, explicando ao governo francês que o SMIC (Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento) muito elevado é um fator de desemprego. O Banco Mundial elaborou um relatório sobre as aposentadorias que é o “modo de fazer” de todas as políticas que visam substituir os regimes de divisão pública por seguridade privada. O Tribunal Internacional de Haya contribui para editar-se uma jurisprudência em matéria de direito internacional. Enfim, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), um novo passo é dado, pois esse organismo não se contenta em comentar e aconselhar, mas dispõe de funções de controle advindas do acordo de Marrakech, cuja peça-chave é a possibilidade de impor sanções. Com este acordo, que prolonga o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), vemos desenhar-se uma jurisdição internacional que terá, por exemplo, a capacidade de declarar “fora da lei” um Estado que tome medidas protecionistas julgadas contrárias ao Tratado. É absolutamente necessário compreender o alcance de uma tal transformação qualitativa que paralisa consideravelmente as políticas nacionais possíveis.

Não se pode, portanto, inferir a existência de um governo mundial já constituído e diretamente colocado a serviço das multinacionais que, por sua vez, ditariam uma ordem internacional e disporiam de suas próprias instituições, como o FMI, o Banco Mundial ou a OMC. Teria-se aí uma espécie de super-Estado, certamente incompleto,

mas que já controlaria o conjunto dos Estados-nação. A mundialização se constituiria, para retomar a expressão de Kautsky, num ultra-imperialismo. Esse ponto de vista difundiu-se nos movimentos sociais, nas organizações não-governamentais (ONGs) e nos movimentos de solidariedade com os países do Terceiro Mundo. Ele parece muito radical e crítico porque denuncia o poder incontrolado dos mercados financeiros que se exerce através dessas instituições. Entretanto, um tal ponto de vista pode, perfeitamente, criar um espécie de derrotismo, um sentimento de impotência diante de objetivos de tal forma distantes da ação cotidiana que haveria um tipo de vaidade em poder-se desprender, no nível nacional, das margens de manobra, sem que possamos ver em que outro nível poderia ser colocada a questão.

O processo de constituição de um tal governo mundial está bem longe de ser consumado. Que seja no nível europeu ou mundial, vemos serem colocadas em andamento estruturas estatais que são, por sua própria construção, incompletas. A meio-caminho entre o sindicato dos Estados-nação, conservando uma larga margem de autonomia, e a regulação mundializada, diretamente assegurada por um governo mundial de fato, existem combinações instáveis e contraditórias. No que se refere à Europa, as análises federalistas postulam que a natureza institucional teria horror ao vazio: o desequilíbrio criado pela existência de um Banco Central na ausência de um orçamento comum seria, necessariamente, preenchido. Como esta racionalidade das instituições não existe, é antes um sistema *ad hoc* de aparelhos especializados de Estado que se coloca em andamento, inclusive no nível mundial.

Essa ausência de coerência é, sem dúvida, funcional. Podemos mesmo pensar que é na incompletude das estruturas estatais e das instituições internacionais que reside sua funcionalidade. A OMC, por exemplo, não tem vocação para tratar diretamente de questões salariais, mesmo se suas decisões pesem sobre as políticas salariais. Os defensores da mundialização neoliberal não têm qualquer interesse, nem vocação, em estender as competência da OMC ou do Banco Central Europeu (BCE) para constituir, passo a passo, um Estado nacional. Essa lógica pôde ser aquela de um Delors¹³, que dizia: “ façamos o euro, o resto – a saber, a “dimensão social” e as instituições democráticas – nos será dado de excedente”. Existe uma espécie de otimismo por ausência que se revela uma verdadeira ilusão e uma falsa pista prejudicial. Esta combinação heteróclita de instituições apresenta, assim, a imensa vantagem de escapar a todo controle democrático direto.

As contradições interimperialistas

A mundialização é acompanhada de uma tendência em parte contraditória, que é a existência de uma estrutura imperialista tripolar, saída dos profundos desequilíbrios entre os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Há aproximadamente dez anos, dominava uma visão policentrista (a Triade) da estruturação de uma economia mundial. Ela tinha um sentido quando o Japão e a Europa pareciam capazes de contrabalançar a supremacia dos Estados Unidos, então colocada em causa nos terrenos da economia e da inovação tecnológica.

Esse modelo jamais chegou a se concretizar e foi uma configuração profundamente assimétrica que se impôs. Assistimos um restabelecimento espetacular da hegemonia econômica dos Estados Unidos, sem falar das dimensões políticas e diplomáticas e do papel de chefe de guerra do imperialismo dominante. A reviravolta remonta ao acordo de Plaza de 1985, que ratificou uma desvalorização do dólar em relação às moedas

¹³ N.T.: Jacques Delors, francês, presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995.

européias e, sobretudo, ao yen. Desde então, a supremacia dos Estados Unidos repousa sobre um afluxo contínuo de capitais provindos do resto do mundo, o que lhes permitiu financiar a famosa “nova economia”.

Essa montagem é carregada de tensões e conduz à recusa de um esquema idílico de um “governo” mundial relativamente harmonioso, fundado sobre um condomínio de grandes potências. O que Hardt e Negri¹⁴ chamam de Império passa ao lado do aprofundamento das contradições capitalistas. A unificação européia se choca, desse ponto de vista, com uma dificuldade essencial: o esboço de um Estado supranacional está em atraso em relação à realidade do processo de mundialização. A ausência de coesão da União Européia aparece cada vez que ela se encontra confrontada aos Estados Unidos. Como estes não hesitam em recorrer ao protecionismo ou a fazer prevalecer seus interesses de grande potência, a Europa é a única a jogar plenamente o jogo do livre comércio; e a porosidade da sua economia a fragiliza, enquanto o curso do euro é, de fato, determinado em função dos interesses estratégicos estadunidense.

Conclusão: as bases objetivas de um novo internacionalismo

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma fórmula que convém muito bem, finalmente, ao capitalismo contemporâneo. A dialética fracionamento/integração é hoje, o principal movimento da economia mundial. Com o desmoronamento das sociedades burocráticas, podemos afirmar que o capitalismo imprime sua marca no conjunto do planeta sobre o qual ele exerce sua dominação mais ou menos a despeito das fronteiras nacionais. Mas ele perdeu sua capacidade de estender em profundidade sua lógica e funciona como uma máquina de exclusão: antes que assimilar à sua lógica as camadas sociais e as zonas geográficas, ele exerce uma triagem sistemática e rejeita todos os que não conseguem se integrar nessa lógica. Trata-se do desemprego e das exclusões sociais nos países ricos e o crescimento do setor informal nos países pobres.

Colocando em concorrência formações sociais que se situam em níveis de produtividade extremamente díspares, introduz-se a regressão social de um lado e sufoca todo o progresso social de outro. A economia mundial do capitalismo entrou, portanto, numa fase de instabilidade profunda onde está arriscado o surgimento de formas as mais bárbaras de perpetuação de um sistema econômico e social hoje ultrapassado. Seria possível hoje e para as próximas décadas assegurar-se ao conjunto da população mundial acesso à satisfação das necessidades básicas; as potencialidades econômicas para isso existem, mesmo tendo-se em conta os limites ecológicos. É cada vez mais claro que são as exigências irracionais do sistema capitalista os obstáculos às aspirações da humanidade; é nessa contradição, cada dia mais flagrante, que reside a possibilidade de fundar o anticapitalismo contemporâneo. É por essa razão, também, que todo antiimperialismo conseqüente deve, hoje, ser um antiimperialismo que coloque em ação uma dupla ruptura articulada: com o mercado mundial, evidentemente, mas também pelo interior, com a lei do lucro e da desigualdade. Conhecemos os principais elementos de um programa de desenvolvimento: é preciso dar prioridade à satisfação das necessidades do maior número, denunciar as dívidas, organizar a reforma agrária, dividir a renda de maneira mais igualitária, colocar em marcha uma reforma fiscal. Sobre cada um desses pontos, podemos ver que um tal programa se opõe aos interesses das burguesias locais.

¹⁴ Michael Hardt et Antonio Negri, *Empire*, Exils, 2000.